

MINISTÉRIO DA FAZENDA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2004

UG - 170191

SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO DA SAIN

Exercício de 2004

1. Gestão Operacional / Finalística

1.1. Competências Legais e Regimentais - Missão Institucional

NATUREZA JURÍDICA: Órgão da Administração Direta

CATEGORIA: A Secretaria de Assuntos Internacionais é um órgão, específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, cuja missão institucional consiste em assessorar o Ministro em assuntos internacionais.

FINALIDADES ESSENCIAIS / ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS - Portaria GMF/nº 318, de 20.11.2001 (v. informações adicionais):

I - acompanhar as negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras ou internacionais;

II - analisar as políticas dos organismos financeiros internacionais, bem como a conjuntura da economia internacional e de economias estratégicas para o Brasil;

III - participar das negociações de créditos brasileiros ao exterior;

IV - planejar e acompanhar a política de avaliação, negociação e recuperação de créditos brasileiros ao exterior;

V - analisar as políticas financeiras de instituições internacionais e acompanhar iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira;

VI - acompanhar temas relacionados ao endividamento externo brasileiro junto a credores oficiais e privados;

VII - acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as ações necessárias ao processo de integração econômica do Brasil no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, incluindo a participação na Coordenação de Políticas Macroeconômicas;

VIII - participar das negociações comerciais relativas ao MERCOSUL e demais blocos econômicos e pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior;

IX - acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as ações necessárias à participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC e em outros organismos internacionais em matéria de comércio e investimentos;

X - participar de negociações, no âmbito da OMC e de outros organismos internacionais, em matéria de comércio e investimentos;

XI - acompanhar a execução da política nacional de tarifas de importação e de exportação, no âmbito do Ministério da Fazenda, em conjunto com os órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior;

XII - acompanhar as ações do Ministério da Fazenda na área de salvaguardas e direitos *antidumping* e compensatório;

XIII - exercer a Secretaria-Executiva do Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE; e

XIV - apoiar a Presidência do Comitê de Crédito às Exportações - CCEx e coordenar o financiamento oficial às exportações.

Em 7 de julho de 2004, foi editado o Decreto nº 5.136, que, entre outras providências, aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda. O Art. 4º do Decreto determina que os regimentos internos do Ministério da Fazenda deverão ser aprovados pelo Ministro de Estado e publicados no Diário Oficial da União, no prazo de noventa dias, contado da data da publicação do Decreto.

Informamos que o novo regimento interno da SAIN ainda não foi aprovado, tendo em vista que esta Secretaria solicitou, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sejam providenciadas alterações no citado Decreto, nos campos que tratam de suas competências e de sua estrutura regimental. Tendo em vista que o MP ainda não se manifestou a respeito das referidas solicitações, o regimento interno em vigor continua sendo aquele anexo à Portaria GMF/nº 318, de 20.11.2001, cujas atribuições não correspondem integralmente às atividades desenvolvidas atualmente pela SAIN.

1.2. Público Alvo dos Processos Gerenciais

O Ministro da Fazenda, Ministérios, Presidência da República e instituições internacionais.

1.3. Vinculações com o Plano Plurianual - Vinculação Programática

No Plano Plurianual 2000/2003, a ação desenvolvida pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda definida como "Assistência Técnica em Assuntos Internacionais" encontrava-se inserida no Programa Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito.

A partir do Plano Plurianual 2004/2007, a referida ação passou a estar inserida no âmbito do Programa "Gestão da Política Econômica" do Ministério da Fazenda, sob a coordenação da Secretaria de Política Econômica.

Como a missão principal da Secretaria é assessorar o Ministro da Fazenda nas diversas negociações internacionais, as metas previstas para o exercício de 2004 foram 180 (cento e oitenta) negociações. As metas realizadas no exercício foram 178 (cento e setenta e oito) negociações, tendo sido 73 (setenta e três) realizadas pelo Gabinete, 15 (quinze) pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros; 8 (oito) pela Coordenação-Geral de Assuntos Econômico-Financeiros e 82 (oitenta e duas), em conjunto, pelas Coordenação-Geral de Comércio Exterior e Coordenação-Geral de Defesa Comercial.

Além da ação acima mencionada, a SAIN passará, a partir do exercício de 2005, a desenvolver a ação "Gestão e Administração do Programa", também inserida no Programa "Gestão da Política Econômica", cujo objetivo é custear despesas administrativas.

1.4. Resultados - Incidência Social

1.4.1. GABINETE

(v. Anexos I e II - Metas Previstas e Realizadas)

Além das atividades de supervisão das Coordenações, dos trabalhos administrativos normais e do assessoramento direto ao Ministro da Fazenda, o Gabinete da Secretaria de Assuntos Internacionais participou de eventos constantes das metas previstas, bem como representou o Sr. Ministro da Fazenda em eventos no exterior.

1.4.1.1. Participação em reuniões e seminários no exterior

- 1.1. Reunião do *G-20 Finance and Central Bank Deputies Meeting*, Leipzig (Alemanha), 1 a 6 de março de 2004.
- 1.2. XVII Reunião do Comitê de Negociações Comerciais - CNC, Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, Puebla (México), 15 a 21 de março de 2004.
- 1.3. Reunião Anual das Assembléias de Governadores BID/CIL, Lima (Peru), 25 a 30 de março de 2004.
- 1.4. Reuniões: *IMFC Deputies and Development Committee IMF/World Bank, Seminaire Brésil - Les Nouvelles Opportunités d'Investissement*, Fórum Ministerial de Paris no evento "Financiando o Desenvolvimento", Londres (Inglaterra) e Paris (França), 03 a 11 de abril de 2004.
- 1.5. Reuniões *Working Group on Short-Term Economic Prospects of the OECD's Economic Policy Committee*, Clube de Paris *Tour D'Horizon*, Paris (França), 11 a 16 de abril de 2004.
- 1.6. Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul, Buenos Aires (Argentina), 18 a 20 de abril de 2004.
- 1.7. Reuniões da Primavera do FMI e Banco Mundial, *Council on Foreign Relation e 2004 Brazil Summit, G-20 Workshop on Developing Strong Domestic Financial*, Washington, DC e Nova York (EUA) e Ottawa (Canadá), 20 a 30 de abril de 2004.
- 1.8. Reuniões: FMI e Banco Mundial, *Conference on Scaling Up Poverty Reduction, Seminário Bank For International Cooperation - JBIC e Encontros com Empresários Japoneses*, Washington, DC (EUA), Shangai (China) e Tóquio (Japão), 20 de maio a 03 de junho de 2004.
- 1.9. Reuniões: Ponto de Contato Nacional - PCN, Comitê de Investimentos Internacionais e das Empresas Multinacionais - CIME, Paris (França), 12 a 18 de junho de 2004.
- 1.10. Encontro de Alto Nível, Investidores Estrangeiros, Reuniões sobre o Mercado Financeiro e Técnicos do FMI, Banco Mundial, Nova York e Washington, DC, (EUA), 21 a 28 de junho de 2004.
- 1.11. Seminário de Harmonização de Indicadores Monetários e de Créditos, Reunião Ordinária do Grupo de Monitoramento Macroeconômico, XXVI Reunião do Conselho do Mercado Comum e Cúpula de Chefes de Estados Associados, Buenos Aires e Porto Iguaçu (Argentina), 04 a 08 de julho de 2004.

- 1.12. XXVI Reunião do Conselho do Mercado Comum e Cúpula de Chefes de Estados do Mercosul e Estados Associados, 14ª Reunião de Recomposição de Recursos da IDA, Porto Iguaçu (Argentina) e Hanói (Vietnã), 05 a 13 de julho de 2004.
- 1.13. Reunião Questão de Barreiras não Tarifárias, Buenos Aires (Argentina), 14 a 16 de julho de 2004.
- 1.14. Encontros do Grupo de Trabalho Brasil-França, Mecanismos Financeiros Inovadores, Seminário de Alto Nível, Metas do Milênio, Paris (França) e Washington, DC (EUA), 26 de julho a 1º de agosto de 2004.
- 1.15. Reuniões Preparatórias dos Comitês Financeiro e Monetário Internacional - FMI e de Desenvolvimento do Banco Mundial, Reunião do Ministério das Finanças - OCDE, "Fundo Mundial de Combate à Pobreza", Paris (França), Londres (Inglaterra) e Nova York (EUA), 11 a 24 de setembro de 2004.
- 1.16. Reunião do *G-20 Regional Economic Integration in a Global Framework*, Pequim (China), 19 a 25 de setembro de 2004.
- 1.17. Reunião do Conselho de Serviços e reuniões bilaterais da Organização Mundial do Comércio - OMC, em Genebra (Suíça), de 24 de setembro a 03 de outubro de 2004.
- 1.18. Reuniões do Grupo de Redação, dos Suplentes e dos Ministros do G-24, Ciclo de Reuniões da Assembléia Anual do FMI e Banco Mundial, 14ª Reunião de Recomposição de Recursos da IDA, Washington, DC (EUA), de 25 de setembro a 04 de outubro de 2004.
- 1.19. Evento "*Searching for Alternatives Beyond the Washington Consensus*" e Reunião com o Ministério das Finanças, Berlim (Alemanha), de 25 a 26 de setembro de 2004.
- 1.20. Seminário "Atualidades e Perspectivas das Diretrizes da OCDE para as Empresas Transnacionais", Montevideu (Uruguai), de 11 a 14 de outubro de 2004.
- 1.21. Reunião de Suplentes de Ministros da Fazenda e Governadores de Bancos Centrais do G-20 e Reuniões Bilaterais, Frankfurt (Alemanha) e Paris (França), de 15 a 22 de outubro de 2004.
- 1.22. Reunião da OCDE "*Economic Policy Committee's Working Group on Short-Term Economic Prospects*", Paris (França), de 02 a 07 de novembro de 2004.
- 1.23. Seminário "Modelos macro, micro e médios de impacto sobre emprego, pobreza e distribuição de renda", Reunião do *G-20 Meeting of Finance Ministers and Central Bank Governors*, Encontros com Investidores de Bancos Italianos, "Apresentação do Relatório de Estudo Econômico da OCDE sobre o Brasil-2004" e Reunião sobre o Projeto de Cooperação em Estatísticas entre a União Européia e o Mercosul, Washington, DC (EUA), Berlim (Alemanha), Milão (Itália), Paris (França) e Bruxelas (Bélgica), de 17 a 28 de novembro de 2004.
- 1.24. Reunião sobre Consultas Bilaterais com Autoridades Argentinas. Buenos Aires (Argentina), 10 de dezembro de 2004.

1.4.1.2. Notas Técnicas

- Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos (APPIs) - Câmara de Comércio Exterior.

- Interesses ofensivos do Brasil e barreiras nos Estados Unidos, União Européia e Japão em serviços financeiros.
- Oferta em serviços financeiros para a União Européia.
- Oferta em investimentos para a União Européia.

1.4.1.3. Negociações de Acordos Comerciais Internacionais

Mercado Comum do Sul - MERCOSUL

- Grupo de Serviços - Participação nas reuniões preparatórias internas e externas; discussão das propostas para o aprofundamento do bloco; definição da posição MERCOSUL a ser levada à ALCA.
- Grupo de Investimentos - Coordenação do grupo no Brasil e participação em reuniões na Argentina e no Brasil.
- Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) - Coordenação do grupo que congrega os países do MERCOSUL e associados; realização de diversas reuniões com os países no Brasil.
- Grupo de Investimentos (SGT-12) - Coordenação do grupo e realização de reuniões no Brasil.
- Grupo Mercado Comum (GMC) - Participação nas reuniões do grupo para discussão das propostas e definição da posição do MERCOSUL a ser levada à XXVII Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Belo Horizonte e Ouro Preto.
- Conselho do Mercado Comum (CMC) - Coordenação da Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais de oito países (Mercosul e Associados - Chile e Bolívia, Venezuela e Peru).
- Fundo MERCOSUL - Participação nas reuniões preparatórias para a criação de um fundo destinado a reduzir assimetrias entre os membros do MERCOSUL.

Organização Mundial do Comércio - OMC

- Serviços - Participação nas reuniões preparatórias e externas do Grupo Negociador de Serviços.
- Investimentos - Participação nas reuniões preparatórias e externas do Grupo Negociador de Investimentos.

Negociações Bilaterais

- Realização de diversos encontros bilaterais para discussão de vários temas de relevância para a política internacional de países, como Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru.
- Reuniões com a Espanha para discussão do estabelecimento de um marco regulatório para o Setor de Investimentos.
- Participação nas reuniões do Grupo do Rio - Mecanismos Financeiros Inovadores - para a criação de uma autoridade regional de infraestrutura.

- Participação no grupo de trabalho Brasil-França para o estabelecimento de um marco regulatório para fontes alternativas de desenvolvimento no âmbito do Fundo Mundial da Pobreza e das Metas do Milênio das Nações Unidas.
- Fundo Paraguai - Participação nas reuniões preparatórias para a criação de um fundo destinado a modernização e melhoria da administração tributária e financiamento de projetos sociais.

1.4.1.4. Operações com Organismos Internacionais

- Avaliação das carteiras do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Manifestação sobre modificações e/ou inovações nas políticas do Banco Mundial.
- Negociação de operações de empréstimos programáticos com o Banco Mundial, destinados ao ajuste do setor público, à competitividade, à previdência social e à sustentabilidade ambiental, com a elaboração das Cartas de Política e participação nos diversos Grupos de Trabalho destinados a acompanhar o andamento da implementação de determinadas políticas.
- Acompanhamento da Missão da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico - OCDE, que realizou diversas visitas ao País, com o objetivo de preparar um Relatório Econômico sobre o Brasil.

1.4.1.5. Políticas de Organismos Internacionais

- FMI/Banco Mundial: participação nas reuniões da primavera e reunião anual do FMI e do Banco Mundial; discussão das propostas das políticas a serem adotadas e definição das posições brasileiras nesses fóruns; e encaminhamento dos votos solicitados ao Governador brasileiro nos dois Organismos.
- G-20: participação nas reuniões preparatórias do G-20 e elaboração de documentos para subsidiar a participação do Ministro da Fazenda no Fórum Ministerial do G-20, que congrega Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais de 20 países.
- BID: participação na Assembléia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para acompanhamento e discussão das políticas da Instituição na América do Sul e no Brasil.
- G-24: participação nas reuniões do grupo de 24 países para a discussão de propostas de políticas a serem encaminhadas pelo Grupo para os Comitês Monetário e Financeiro Internacional (IMFC) e de Desenvolvimento.

1.4.1.6. Seminários no Brasil

- Organização de Seminário, juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA sobre “O impacto da ALCA sobre as importações e exportações brasileiras”.
- Seminário sobre “Negociações Internacionais”.
- Seminário sobre “Negociações Agrícolas Internacionais - Os Recentes Avanços na OMC”.

1.4.1.7. Ponto de Contato Nacional

O Ponto de Contato Nacional - PCN, destinado a promover e implementar as diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais, foi instituído pela Portaria nº MF/92, de 12.05.2003, e é coordenado pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda. Juntamente com representantes de nove Ministérios e do Banco Central do Brasil, o PCN deu continuidade aos trabalhos iniciados no ano de 2003.

Nesse sentido, o PCN realizou em 2004 quatro reuniões com a presença de todos os membros do Colegiado. Nas reuniões foram discutidos os casos de denúncias de violações às Diretrizes da OCDE por empresas multinacionais instaladas no Brasil, recebidos pelo PCN. Algumas reuniões contaram com a presença de representantes da empresa multinacional e do sindicato que apresentou a denúncia. O Colegiado encontra-se, presentemente, analisando as denúncias recebidas (em número de três). O material apresentado foi distribuído aos membros do Colegiado e os processos encontram-se em fase de análise e decisão.

Quando questões concretas ligadas à implementação das diretrizes em relação a pontos específicos da conduta industrial são trazidas ao PCN, este tem a função de trabalhar com as partes na busca de uma solução para o problema. O PCN tem procurado, cada vez mais, abrir espaço para o debate, bem como dar assistência à comunidade empresarial, às organizações sindicais e a outras partes interessadas na resolução dessas questões, de maneira eficaz, em conformidade com o quadro legal aplicável. Os PCNs dos diversos países cooperam entre si na troca de informações, dando ciência, uns aos outros, sobre as matérias levantadas pelas empresas ou por órgãos da sociedade civil, mantendo-os informados do andamento do processo e da solução final.

Durante o ano, o representante do Ministério da Fazenda manteve reuniões com diversos representantes da sociedade civil, com o objetivo de orientá-los sobre as diretrizes de maneira geral, a forma de apresentação das denúncias, os documentos que devem ser anexados e como as questões devem ser formalizadas junto ao PCN.

Como resultado desses contatos, o PCN está trabalhando na implementação de duas Resoluções: a) Resolução Nº 1, que “Regula a Apresentação de Reclamações ao PCN”; e b) Resolução Nº 2; que “Institui o Conselho Consultivo do PCN”. A primeira tem o objetivo de orientar a melhor forma de apresentação de denúncias ao Ponto de Contato Nacional, enquanto a segunda visa a implementação de um grupo, que trabalhará em conjunto com o PCN, com o propósito de cooperar para o estabelecimento de estratégias e atividades que tenham o propósito de promover, de forma efetiva, a implementação das

Diretrizes da OCDE no Brasil. Este Comitê Consultivo contará com a participação de entidades da sociedade civil, sindicatos, confederações do comércio e da indústria, entre outros. Os textos finais das Resoluções encontram-se aprovados e, presentemente, em fase de publicação.

Além disso, o PCN Brasil participou de Seminários e Fóruns de discussão onde proferiu palestras sobre As Diretrizes da OCDE e o papel do PCN - Ponto de Contato Nacional, no Rio de Janeiro e em São Paulo. De igual forma, o PCN Brasil participou, em Paris, do Encontro Anual de Pontos de Contato Nacionais dos 37 países signatários das Diretrizes da OCDE. Na ocasião, foi apresentado e discutido o Relatório das Atividades no Brasil.

1.4.1.8. Comentário a respeito do Demonstrativo de Metas

Em função de restrições orçamentárias, algumas das metas previstas não foram realizadas.

Demonstrativo de Metas Previstas e Realizadas (v. Anexos I a XII)

Metas Previstas

Anexo I

Unidade: MF/SAIN/Gabinete

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Sr. Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados: Angela Semiramis de Andrade Freitas

Cargo: Chefe de Gabinete

Data: 31/12/2004

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Negociações do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (Reuniões)	Unidade	3	3	3	3
2 - Reuniões do G-20 (Grupo dos 20)	Unidade	1	1	2	2
3 - Reuniões do Banco Mundial	Unidade	3	6	6	3
4 - Reuniões do FMI	Unidade	1	4	3	3
5 - OCDE	Unidade	0	1	2	3
6 - Negociações Bilaterais	Unidade	3	4	4	3

Metas Realizadas

Anexo II

Unidade: MF/SAIN/Gabinete

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Sr. Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados: Angela Semiramis de Andrade Freitas

Cargo: Chefe de Gabinete

Data: 31/12/2004

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Negociações do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (Reuniões)	Unidade (%)	4 (133%)	3 (100%)	3 (100%)	4 (133%)
2 - Reuniões do G-20 (Grupo dos 20)	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	2 (100%)	3 (150%)
3- Reuniões do Banco Mundial	Unidade (%)	5 (166%)	6 (100%)	4 (66%)	3 (100%)
4 - Reuniões do FMI	Unidade (%)	3 (300%)	4 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
5 - OCDE	Unidade (%)	0 (100%)	1 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
6 - Negociações Bilaterais	Unidade (%)	5 (166%)	4 (100%)	3 (75%)	3 (100%)

1.4.2. COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS FINANCEIROS - COAFI¹ (v. Anexos III a VIII - Metas Previstas e Realizadas)

A Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros tem sob sua responsabilidade a condução de atividades que envolvem o financiamento das exportações brasileiras, o seguro de crédito dessas exportações, a recuperação de créditos soberanos e a captação de recursos externos para financiamento de projetos em território nacional. Os órgãos colegiados dos quais esta Coordenação é membro ativo, representando a SAIN, conduzem programas de governo que têm como objetivo principal contribuir para a alavancagem das exportações brasileiras, gerando, por consequência, a elevação/manutenção do nível de emprego e de renda, a busca de novos mercados exportadores, bem como a elevação do ingresso de divisas no país.

1.4.2.1. Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG

O COFIG, órgão colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, foi criado pelo Decreto nº 4.993, de 18.02.2004, em substituição ao Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE, extinto a partir de 1º de janeiro de 2004, pela Medida Provisória nº 143, de 11.12.2003, e ao Comitê de Crédito às Exportações - CCEX, extinto a partir de 19 de março de 2004, pela Portaria nº 45, de 18 de março de 2004, do Ministério da Fazenda.

Ao COFIG compete enquadrar e acompanhar as operações do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX e do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, estabelecendo parâmetros e condições para a concessão de assistência financeira às exportações e prestação de garantia da União. Assim, a partir da criação do referido Comitê, os assuntos referentes ao PROEX e ao FGE passaram a ser tratados em um único Comitê.

Secretaria-Executiva

Em 2004, a Secretaria de Assuntos Internacionais, que exerce a Secretaria-Executiva do COFIG, representada pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, organizou e participou ativamente de todas as reuniões do Comitê, distribuiu documentação para os membros do COFIG, elaborou pautas comentadas e atas com as deliberações do COFIG, bem como coordenou reuniões dos Grupos Técnicos criados para elaborar estudos relacionados ao FGE e ao PROEX.

Reuniões

No exercício de 2004 foram realizadas 10 (dez) Reuniões Ordinárias do COFIG (1ª a 10ª) e 03 (três) Extraordinárias (1ª a 3ª).

¹ Antiga Coordenação-Geral de Créditos Externos, cujo nome foi modificado pelo Decreto nº 5.136, de 07.07.2004.

Consultas Extraordinárias ao COFIG

A Secretaria-Executiva do COFIG elaborou e encaminhou consulta extraordinária, via fac-símile, aos membros titulares do Comitê, a respeito da aprovação, em caráter excepcional, de crédito adicional de US\$ 25,0 milhões para Cuba, ao amparo do PROEX.

Regimento Interno

Elaborou e distribuiu aos membros do COFIG, em sua 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 09.12.2004, minuta de Regimento Interno do Comitê, para apreciação.

Grupos de Trabalho

GT - Cuba: A Secretaria-Executiva do COFIG coordenou as reuniões (12.08, 08.10 e 16.11.2004) do Grupo de Trabalho criado pelo Comitê em sua 5ª Reunião Ordinária, realizada em 03.06.2004, com a finalidade de elaborar e submeter ao COFIG estratégias e parâmetros de relacionamento econômico-financeiro com o Governo cubano. O GT contou com a participação de representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, Ministério das Relações Exteriores - MRE, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, Casa Civil da Presidência da República e Secretaria do Tesouro Nacional - STN e, como convidados, de representantes do Banco do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE.

GT - Venezuela: Coordenou também o Grupo de Trabalho instituído pelo COFIG em sua 8ª Reunião Ordinária, realizada em 30.09.2004, com a finalidade de analisar e propor limite de financiamento de máquinas e equipamentos para a Venezuela, fora do CCR, com cobertura do FGE. O GT realizou 02 (duas) reuniões (20.10 e 16.11.2004) com a participação de representantes do Ministério das Relações Exteriores - MRE, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, Casa Civil da Presidência da República e Secretaria do Tesouro Nacional - STN e, como convidados, de representantes do Banco do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, IRB-Brasil Resseguros S.A. e Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE.

Notas Técnicas

Alstom Brasil x Metrovias: A Secretaria-Executiva do COFIG elaborou nota sobre tratativas mantidas com as autoridades argentinas para sanar a pauta de pendências relacionadas com operação envolvendo a exportação de trens de metrô pela Alstom para a Metrovias, na Argentina.

Venezuela - Financiamentos: nota sobre financiamentos do BNDES (com garantia do FGE) e do PROEX ao Governo venezuelano, por ocasião de visita de delegação daquele país ao Brasil.

17
Pm

Bolívia - Empréstimos Concessionais: nota sobre o acordo-quadro firmado entre o BNDES e o Ministério da Fazenda da Bolívia, para financiamento de projetos de integração e infra-estrutura naquele país.

Bolívia - Empréstimos Concessionais: nota sobre pleito do Governo boliviano, no âmbito do PROEX, para financiamento de rodovias na Bolívia.

Negociações Bilaterais

Argentina: A SAIN, na condição de Secretaria-Executiva do COFIG, participou das negociações realizadas no Brasil e na Argentina, com vistas à regularização da operação envolvendo a exportação de 80 carros de metrô, da Alstom Brasil Ltda. para a Metrovias Sociedad Anónima (empresa argentina), tendo sido a operação financiada pelo BNDES, com garantia do seguro de crédito à exportação. Para solução da pendência, o COFIG, em sua 4ª Reunião Ordinária, realizada em 04.04.2004, criou Grupo Técnico com a participação de representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, Ministério da Fazenda - MF (SAIN e STN), Ministério das Relações Exteriores - MRE, Casa Civil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE, e indicou o Presidente do COFIG para chefiar a delegação brasileira nas negociações com o Governo argentino. Foram realizadas 2 (duas) rodadas de negociações em Buenos Aires, nos dias 20 e 21.05.2004 e 10 e 11.06.2004, tendo sido o assunto resolvido com a assinatura, em dezembro de 2004, de distrato consensual e devolução dos valores pagos pela Alstom a título de prêmio.

Angola: Chefiou a delegação brasileira que negociou com a delegação de Angola, no período de 06 a 08 de abril de 2004, em Brasília (DF), a concessão de crédito adicional ao Governo angolano, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Bolívia: Participou também das negociações realizadas em 02 de julho de 2004, com vistas a estruturar financiamento à Bolívia, ao amparo do PROEX, para a construção da rodovia Roboré-Porto Suarez, com garantia do BID ou da CAF.

Paraguai: Forneceu informações sobre a relação econômico-financeira entre o Brasil e o Paraguai (exposição do país, financiamentos de obras de infra-estrutura, etc), por ocasião da visita do Presidente paraguaio a Brasília, em 26 de agosto de 2004.

Peru: Participou das discussões técnicas, realizadas em 14.09.2004, que resultaram na aprovação de financiamento por parte do PROEX ao Governo peruano, para construção da estrada inter-oceânica naquele país.

Outros Assuntos

Cobrança Judicial e Extrajudicial: A Secretaria-Executiva do COFIG manteve tratativas com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, com vistas à edição de Medida Provisória delegando competência ao IRB-Brasil Resseguros S.A. e ao Banco do Brasil

S.A. para adotar providências judiciais no exterior, no sentido de recuperar os créditos privados da União, oriundos de indenizações pagas pelo FGE ou de financiamentos concedidos pelo PROEX, não liquidados.

1.4.2.1.1. Seguro de Crédito à Exportação - SCE

Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Distrato Consensual e Devolução de Valores Pagos a Título de Prêmio: consulta conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e da Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, esta representada pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, acerca da proposta alternativa de distrato consensual e devolução dos valores pagos a título de prêmio, efetuados pela Alstom Brasil Ltda., relativamente a sinistro ocorrido no âmbito da apólice de seguro de crédito à exportação contratada com a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE.

Contrato de Prestação de Serviços entre o IRB-Brasil Resseguros S.A. e a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE: consulta realizada em dezembro de 2004 sobre a possibilidade de dispensa de licitação para renovação do contrato de prestação de serviços entre o IRB-Brasil Resseguros S.A., representando a União, e a SBCE, referente à condução dos serviços relacionados com o Seguro de Crédito à Exportação.

Orçamento do Fundo de Garantia à Exportação - FGE

Proposta Orçamentária do FGE para 2005: após conhecimento do COFIG, em sua 5ª Reunião Ordinária, realizada em 03.06.2004, a SAIN/MF encaminhou à SPOA/SE/MF proposta orçamentária elaborada pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, para o exercício de 2005, da ordem de R\$ 311,1 milhões de receitas e R\$ 105,9 milhões de despesas. Em julho de 2004, a SPOA informou a redução da despesa para R\$ 50,2 milhões, em função de teto estabelecido pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF.

Orçamento 2004: monitorou periodicamente a execução orçamentária do Fundo.

Outros Assuntos

Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o IRB-Brasil Resseguros S.A. e a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE: acompanhou o processo de renovação do Contrato de Prestação de Serviços, até a sua assinatura.

Exposição do FGE em 2004: informou mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional o montante do risco assumido pelo Tesouro, decorrente de operações realizadas no âmbito do FGE.

Relatório de Metas do FGE para 2004: preparou e elaborou relatório com as metas operacionais e financeiras do FGE para o exercício de 2004.

Prestação de Contas do FGE: encaminhou o relatório de prestação de contas do FGE, relativo ao exercício financeiro de 2004, à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União, para posterior exame do Tribunal de Contas da União.

1.4.2.1.2. Programa de Financiamento às Exportações - PROEX

Comissão de Programação Financeira do PROEX - CPF

A CPF foi criada pela Portaria Interministerial nº 496, de 3 de setembro de 1993, com a incumbência de elaborar as propostas para a programação financeira mensal do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Em 2004, sob a supervisão da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, foram realizadas 12 (doze) reuniões de previsão de liberação de recursos e de acompanhamento (37ª a 48ª).

Empresa Brasileira de Aeronáutica - EMBRAER

Juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a Secretaria-Executiva do COFIG autorizou o Banco do Brasil S.A. a proceder alterações de cronogramas de entregas, de alinhamento e preços e de modelos de aeronaves produzidas pela EMBRAER para venda a diversos importadores, envolvendo 72 (setenta e dois) Registros de Créditos - RCs, e levou as autorizações concedidas ao referendo do COFIG.

Outros Assuntos

Proposta Orçamentária: participou da elaboração da proposta orçamentária do PROEX para o exercício de 2004, da ordem de R\$ 2,2 bilhões para Financiamentos e R\$ 2,1 bilhões para Equalização de Taxas de Juros.

Orçamento: monitorou periodicamente a execução orçamentária do Programa.

ENAEX: participou do 24º Encontro de Comércio Exterior - ENAEX, realizado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB, no período de 22 a 24 de novembro de 2004, em São Paulo (SP).

Metas Previstas**Anexo III**

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG

Sinopse do Objeto: Organizar reuniões, distribuir documentação para os membros do COFIG, além de prover informações e prestar apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, na qualidade de Secretário-Executivo e Presidente do Comitê, respectivamente, bem como participar de negociações bilaterais provenientes das atividades do COFIG.

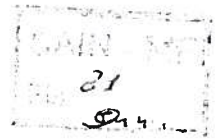
Responsável pelos Dados: Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2004

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Preparar pastas para os membros do COFIG, com documentação sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias	Unidade	21	21	21	21
2 - Preparar pauta comentada com as recomendações sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias, para subsidiar o Presidente e o Secretário-Executivo do COFIG	Unidade	3	3	3	3
3 - Elaborar atas das Reuniões Ordinárias do COFIG	Unidade	3	3	3	3
4 - Elaborar comunicado sobre as decisões do COFIG e encaminhar à Presidência do Comitê para expedição aos agentes (Banco do Brasil e SBCE)	Unidade	3	3	3	3
5 - Participar de negociações bilaterais	Unidade	1	1	1	1

Obs: O COFIG é composto por 7 membros e a previsão de realização de reuniões é de uma por mês.



Metas Realizadas

Anexo IV

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG

Sinopse do Objeto: Organizar reuniões, distribuir documentação para os membros do COFIG, além de prover informações e prestar apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, na qualidade de Secretário-Executivo e Presidente do Comitê, respectivamente, bem como participar de negociações bilaterais provenientes das atividades do COFIG.

Responsável pelos Dados: Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2004

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Preparar pastas para os membros do COFIG, com documentação sobre operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias.	Unidade (%)	14 (66%)	35 (166%)	14 (66%)	28 (133%)
2 - Preparar pauta comentada com as recomendações sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, para subsidiar o Presidente e Secretário-Executivo do COFIG.	Unidade (%)	2 (66%)	5 (166%)	2 (66%)	4 (133%)
3 - Elaborar atas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do COFIG.	Unidade (%)	2 (66%)	5 (166%)	2 (66%)	4 (133%)
4 - Elaborar comunicado sobre as decisões do COFIG e encaminhar à Presidência do Comitê para expedição aos agentes (Banco do Brasil e SBCE)	Unidade (%)	2 (66%)	5 (166%)	2 (66%)	4 (133%)
5 - Participar de negociações bilaterais	Unidade (%)	0 (0%)	3 (300%)	3 (300%)	0 (0%)

Obs: O COFIG é composto por 7 membros e a previsão de realização de reuniões é de uma por mês.

1.4.2.2. Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE

O COMACE, órgão colegiado, foi instituído pela Portaria Interministerial nº 188, de 23 de outubro de 1989, e reorganizado pelo Decreto nº 2.297, de 11 de agosto de 1997, tendo seu funcionamento delineado pelo Regimento Interno anexo à Portaria nº 350, de 26 de dezembro de 1997.

Ao COMACE compete: (a) definir parâmetros e analisar modalidades alternativas para a renegociação de créditos brasileiros; (b) proceder à análise de risco-país; (c) fixar critérios para a concessão de novos créditos; (d) indicar limites de exposição por país; e (e) indicar limites das obrigações contingentes do Tesouro Nacional em garantias e seguros de créditos à exportação.

A presidência do COMACE é exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda e sua Secretaria-Executiva está a cargo do Secretário de Assuntos Internacionais deste Ministério. O COMACE é composto, ainda, por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; Ministério das Relações Exteriores - MRE; Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN; Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S.A. e do IRB-Brasil Resseguros S.A.

Secretaria-Executiva

Em 2004, a Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, que no âmbito da Secretaria de Assuntos Internacionais representa a Secretaria-Executiva do COMACE, tratou e acompanhou, dentre outros, os seguintes assuntos:

Reuniões no Clube de Paris

Tour d'Horizon (14 e 15.04.2004): Zâmbia (atualização do FMI); Iraque (atualização do FMI e encontro em Beirute); Polônia (programa de *buyback*); Senegal (data a ser estabelecido o *completion point*); Gabão (atualização do FMI); República Democrática do Congo (comparabilidade de tratamento entre credores públicos e privados); Nigéria (operação de *swap*); Angola (atualização do FMI); e Peru (projeto de *buyback* a pedido de credor);

Tour d'Horizon (11.05.2004): Iraque (atualização do FMI); Senegal (data a ser estabelecido o *completion point*); Gabão (pedido de *financing assurances*); Nigéria (operações de *swap* e correções da Rússia); Angola (atualização do FMI); Guiné (informações diversas); Guiné-Bissau (informações diversas); e Zâmbia (pedido de *financing assurances*);

Tour d'Horizon (09 e 10.09.2004): Angola (atualização do FMI); Equador (informações diversas); Iraque (atualização do FMI); Nigéria (carta do país sobre os pagamentos efetuados e proposta do Secretariado quanto ao aumento nos pagamentos de 2005 e retirada de moratória de *swap*); Polônia (discussões a respeito de *buyback* solicitado pelo devedor); e República do Congo (atrasados pós-data de corte);

Tour d'Horizon (13 e 14.10.2004): Angola (acompanhamento das negociações de modo a preservar o fluxo de pagamentos para o Brasil); República do Congo (discussão do nível de perdão necessário); Iraque (informações diversas); Nigéria (prosseguimento das tentativas de obter da Nigéria o reconhecimento de sua dívida para com o Brasil); Polônia (discussão da proposta de *buyback* apresentada pelo país); e Sudão (discussão sobre mudanças na implementação da Iniciativa HIPC - Heavily Indebted Poor Countries Initiative (Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados), de modo que o país possa ser contemplado); e

Tour d'Horizon (16 e 17.11.2004): Angola (atualização do FMI); República do Congo (informações diversas); Iraque (atualização e negociação); Nigéria (discussão sobre a alocação dos pagamentos esperados para 2005); e Polônia (discussão da proposta de *buyback* apresentada pelo país).

Por força de restrições orçamentárias, a Secretaria-Executiva do COMACE foi representada pela Embaixada do Brasil em Paris nas seguintes reuniões:

Tour d'Horizon (01 a 03.03.2004): Nicarágua (atingimento do *completion point* no âmbito da Iniciativa HIPC); e Burundi (reescalonamento e perdão);

Tour d'Horizon (21.07.2004): Geórgia (reescalonamento); e Gana (perdão); e

Tour d'Horizon (14 e 15.12.2004): República do Congo (reescalonamento e perdão).

Negociações bilaterais

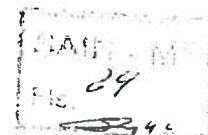
Bolívia: Em Brasília-DF (07.07.2004): assinatura do contrato bilateral de reescalonamento e redução da dívida boliviana para com o Brasil.

Zâmbia: Em Brasília-DF (15 e 16.07.2004): coordenou a conciliação de valores e negociação dos termos de implementação bilateral da *Agreed Minute* firmada em 13.09.2002 no âmbito do Clube de Paris.

Moçambique: Em Brasília-DF (31.08.2004): assinatura do contrato bilateral de reescalonamento e redução da dívida moçambicana para com o Brasil.

Nigéria: Em Brasília-DF (07 e 08.10.2004): coordenou a entrega, à delegação nigeriana, de toda a documentação necessária para o reconhecimento da dívida daquele país para com o Governo brasileiro.

Senegal: Em Brasília-DF (02 e 03.12.2004): coordenou a conciliação de valores e negociação dos termos de implementação bilateral da *Agreed Minute* firmada em 09.06.2004 no âmbito do Clube de Paris.



Notas Técnicas

Ação Popular: nota técnica subsidiando a PGFN para defender a União face à Ação Popular nº 2004.18568-8 - 13ª VF/BA (contestação dos perdões de dívida soberana efetuados pelo Governo brasileiro).

Redução de Dívidas: nota técnica em resposta ao Requerimento de Informação nº 2.112/2004/SF, de 26 de outubro de 2004, referente às reduções de dívida efetuadas pelo atual Governo.

Cessão de Créditos: nota técnica datada de 02.07.2004 referente à proposta (em estudo pelo COMACE) de regulamentação dos procedimentos para cessão de créditos por parte do Governo brasileiro.

Iraque: nota técnica para o Sr. Secretário de Assuntos Internacionais, dando explicações detalhadas acerca da dívida iraquiana para com o Brasil e sobre a discussão desse débito no âmbito do Clube de Paris, em novembro de 2004.

Bolívia: nota técnica referente ao contrato bilateral assinado em 07 de julho de 2004.

Moçambique: nota técnica referente ao contrato bilateral assinado em 31 de agosto de 2004.

Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Iraque/Mendes Junior S.A.: consulta em 20 de setembro de 2004 sobre a validade do contrato de cessão de créditos firmado entre a Mendes Júnior S.A. e o Banco do Brasil S.A.

25

Metas Previstas

Anexo V

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Negociação e Recuperação de Créditos

Sinopse do Objeto: Planejamento e coordenação da política de avaliação de negociação e de recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior

Responsável pelos Dados: Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2004

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Participar de negociações no Clube de Paris	Unidade	2	3	2	3
2 - Efetuar negociações bilaterais, elaborar ou analisar propostas e dar continuidade às negociações em andamento	Unidade	0	0	3	2
3 - Elaborar ata ou ajuda-memória das reuniões e relatórios	Unidade	0	2	2	3
4 - Elaborar minuta de contrato bilateral e acompanhar os trâmites necessários para a assinatura do Contrato	Unidade	0	0	1	1
5 - Auxiliar na conciliação dos números da dívida a ser negociada e efetuar reuniões se necessárias	Unidade	0	0	1	2
6 - Receber pagamentos referentes a renegociações havidas no âmbito do COMACE (em US\$)	Unidade	208.702.762,17			

Metas Realizadas

Anexo VI

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Negociação e Recuperação de Créditos

Sinopse do Objeto: Planejamento e coordenação da política de avaliação de negociação e de recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior.

Responsável pelos Dados: Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2004

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Participar de negociações no Clube de Paris*	Unidade (%)	0 (0%)	2 (0,66%)	1 (0,50%)	1 (0,33%)
2 - Efetuar negociações bilaterais, elaborar ou analisar propostas e dar continuidade às negociações em andamento	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	3 (100%)	2 (100%)
3 - Elaborar ata ou ajuda-memória das reuniões e relatórios	Unidade (%)	0 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
4 - Elaborar minuta de contrato bilateral e acompanhar os trâmites necessários para a assinatura do Contrato	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
5 - Auxiliar na conciliação dos números da dívida a ser negociada e efetuar reuniões se necessárias	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	1 (100%)	2 (100%)
6 - Receber pagamentos referentes a renegociações havidas no âmbito do COMACE (em US\$)**	Unidade (%)	171.231.000,00 (82%)			

* As metas para o 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2004 (itens: 1) - reuniões no Clube de Paris não foram totalmente atingidas em virtude de restrições orçamentárias.

** A meta referente ao item 6 não foi integralmente cumprida devido a atrasos e não-pagamentos por parte de alguns países devedores, a despeito das gestões desta SAIN no sentido de maximizar a recuperação de créditos junto a cada país devedor.

1.4.2.3. Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX

A Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX, órgão colegiado integrante da estrutura organizacional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, reorganizada pelo Decreto nº 3.502, de 12 junho de 2000, tem por finalidade: a) identificar, examinar e avaliar pleitos de apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável), com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas; e b) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas e reformulações dos projetos ou programas.

Faz parte da COFIEIX o grupo de trabalho permanente denominado Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, composto por representantes indicados por seus membros, com o objetivo de examinar os pleitos de que tratam as alíneas "a" e "b" acima mencionadas, assessorando a COFIEIX no desempenho de suas funções.

Reuniões

Em 2004, a Secretaria de Assuntos Internacionais, que é um dos membros da Comissão e possui representantes no Grupo Técnico, participou de todas as reuniões da COFIEIX e do GTEC.

No exercício, foram realizadas 2 (duas) Reuniões Ordinárias da COFIEIX, onde foram avaliados e decididos os pleitos de que trata a alínea "a" acima. O GTEC realizou um total de 64 (sessenta e quatro) reuniões, sendo 19 (dezenove) Ordinárias (exame e avaliação dos pleitos mencionados na alínea "b") e 45 (quarenta e cinco) referentes a exame e avaliação de Cartas-Consulta. Ressalte-se que a Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros da SAIN elaborou pautas comentadas para todas as Reuniões Ordinárias da COFIEIX e do GTEC e resumo e análise preliminar das Cartas-Consulta apreciadas pelo GTEC e pela COFIEIX.

Consultas Extraordinárias à COFIEIX

Em atendimento a solicitações da Secretaria-Executiva da COFIEIX, a SAIN se manifestou, por escrito, sobre 14 (quatorze) consultas efetuadas aos membros da Comissão sobre a preparação de projetos ou programas de entidades públicas com apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável).

Notas Técnicas

Ministério da Educação: Programa de Expansão da Educação Profissional.

Metas Previstas

Anexo VII

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico à Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX

Sinopse do Objeto: Provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais, na qualidade de membro da Comissão

Responsável pelos Dados: Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2004

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões Ordinárias da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX	Unidade	0	2	0	0
2 - Reuniões Ordinárias do Grupo Técnico da COFIEIX – GTEC	Unidade	3	3	3	3
3 - Reuniões para exame e avaliação de Cartas-Consulta do Grupo Técnico da COFIEIX – GTEC	Unidade	5	25	5	10
4 - Consulta aos membros da COFIEIX sobre a preparação de projetos ou programas de entidades públicas com apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável)	Unidade	1	2	2	9

29

Metas Realizadas

Anexo VIII

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico à Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX

Sinopse do Objeto: Provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais, na qualidade de membro da Comissão

Responsável pelos Dados: Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2004

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões Ordinárias da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX	Unidade (%)	0 (100%)	2 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
2 - Reuniões Ordinárias do Grupo Técnico da COFIEIX – GTEC	Unidade (%)	4 (133%)	6 (200%)	4 (133%)	5 (166%)
3 - Reuniões para exame e avaliação de Cartas-Consulta do Grupo Técnico da COFIEIX – GTEC	Unidade (%)	5 (100%)	25(100%)	5 (100%)	10 (100%)
4- - Consulta aos membros da COFIEIX sobre a preparação de projetos ou programas de entidades públicas com apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável)	Unidade (%)	1 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	9 (100%)

1.4.3. COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS - CAEFI (v. Anexos IX e X - Metas Previstas e Realizadas)

À Coordenação Geral de Assuntos Econômico-Financeiros, entre outros assuntos, compete:

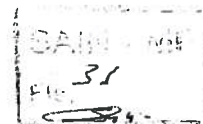
- . Coletar e organizar as estatísticas necessárias ao acompanhamento da conjuntura econômica internacional e de países considerados estratégicos para o Brasil;
- . Executar pesquisa e análise de dados que subsidiem a política econômica brasileira na área externa;
- . Elaborar estudos, notas e artigos técnicos que permitam o diagnóstico de problemas econômico-financeiros internacionais;
- . Acompanhar e participar de reuniões e grupos de trabalho quando determinado pelo Secretário de Assuntos Internacionais;
- . Assessorar o Secretário de Assuntos Internacionais e/ou Secretários-Adjuntos nos assuntos relacionados à economia internacional.

No cumprimento de suas atribuições, a CAEFI realiza um acompanhamento constante da conjuntura econômica e financeira internacional. Esse acompanhamento é efetuado por meio da leitura, em meio eletrônico (*Internet*) ou impresso, de publicações especializadas em economia internacional, de jornais e revistas nacionais e estrangeiras e de relatórios formais e informais elaborados pelas embaixadas brasileiras no exterior e por outras instituições especializadas.

Além disso, a CAEFI desenvolve estudos detalhados sobre temas relativos às finanças e à economia internacional, quase sempre sob demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos. Para esses trabalhos, as principais fontes de pesquisa são: livros técnicos, artigos publicados em revistas técnicas especializadas e publicações técnicas de instituições internacionais, como o FMI, a OCDE, o Banco Mundial e Bancos Centrais e Ministérios da Fazenda de países estrangeiros, entre outros.

As informações coletadas são analisadas e discutidas e, posteriormente, com base nessas informações são elaborados textos escritos: Indicadores Macroeconômicos, Temas em Economia Internacional, Informes de Países, Notas Semanais, e Notas Técnicas. Eventualmente, dada a urgência ou natureza dos assuntos, os resultados das análises e pesquisas são apresentados oralmente, com o auxílio, ou não, de gráficos e tabelas, ao Secretário e/ou Secretários-Adjuntos. A CAEFI também é responsável pela elaboração de apresentações em *Power Point* para auxiliar o Secretário e/ou Secretários-Adjuntos em palestras e seminários no Brasil e no exterior.

Em 2004, os trabalhos de assessorar o Secretário de Assuntos Internacionais no acompanhamento de reuniões sobre diversos temas foram ampliados para abranger áreas como Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos (APPIs), Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) e Fundo Estrutural do Mercosul. Essas novas atribuições se somaram ao acompanhamento de negociações de acordos entre o governo brasileiro e governos estrangeiros e do relacionamento do Brasil com instituições multilaterais, em particular a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.



1.4.3.1. Indicadores Macroeconômicos

Elaborados a partir de setembro de 2004, são informes mensais divididos em 4 partes: 1) Notas explicativas sobre os fatos mais significativos da conjuntura econômica internacional; 2) Estatísticas de países selecionados, como taxas cambiais, PIB, taxas de inflação, entre outras; 3) Projeções de crescimento dos principais países desenvolvidos (EUA, União Européia, Japão), assim como mercados emergentes (por exemplo, China, Rússia, Índia, México e Argentina.); e 4) Gráficos com a trajetória de preços de *commodities*, preços do petróleo, minérios, mercados financeiros, entre outros. Os Indicadores Macroeconômicos circulam internamente no Ministério da Fazenda.

1.4.3.2. Notas Semanais de Conjuntura Internacional

Criadas em agosto de 2004, são análises mais profundas, do que as contidas nos Indicadores Macroeconômicos, dos principais fatos da conjuntura econômica internacional divulgados na semana. As Notas circulam internamente no Ministério da Fazenda.

1.4.3.3. Temas de Economia Internacional

Criada em 2003, esta Série tem como objetivo oferecer breves notas sobre temas relevantes de políticas públicas no Brasil, em particular aqueles relacionados ao comércio exterior, à economia e às finanças internacionais. O alvo da Série é o público que não tenha conhecimento especializado nos temas, buscando-se em cada texto apresentar um roteiro introdutório acerca das questões envolvidas, bem como opiniões e resultados de pesquisas existentes sobre os assuntos. Recorrendo a especialistas nos respectivos temas, não necessariamente vinculados ao Governo brasileiro, pretende-se fornecer, em cada número, um guia para o leitor não-especialista e, assim, contribuir positivamente no processo de formação de opinião sobre as escolhas de políticas públicas no País. A Série conta com suporte técnico, supervisionado diretamente pela CAEFI, e financeiro do Banco Mundial.

Em 2004, foram concluídos mais dois textos da série, “Abertura, Estabilidade e Crescimento” e “Impactos da ALCA e do acordo de livre comércio Mercosul-UE sobre a economia brasileira: uma resenha dos trabalhos recentes”.

1.4.3.4. Informes de Países

Notas informativas detalhadas sobre a conjuntura econômica de países considerados estratégicos para o Brasil. Os informes especiais são elaborados sob demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos. Devido ao grande número de visitas recebidas pelo Governo brasileiro de autoridades estrangeiras durante todo o ano de 2004, os Informes de Países como Paraguai, Rússia, Argentina, Canadá, Turquia e China foram solicitados com frequência.

1.4.3.5. Informes de Países

Exposições contendo gráficos, tabelas e observações elaboradas em *Power Point*, a pedido do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos, para auxiliá-los na apresentação de palestras/seminários no Brasil e no exterior. As apresentações normalmente abrangem temas relativos à economia brasileira, economia internacional, comércio internacional e finanças internacionais. Foram elaboradas ou atualizadas cerca de 10 (dez) apresentações ao longo de 2004.

1.4.3.6. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

A OCDE elabora periodicamente estudos econômicos de seus países membros e alguns países não-membros, entre eles o Brasil. Em 2004, foi concluído o Estudo Econômico da OCDE sobre o Brasil. Ao longo do processo de elaboração, a OCDE manteve intenso contato com o Governo brasileiro. A CAEFI foi responsável pela coordenação dos trabalhos junto ao Governo brasileiro, relacionados ao desenvolvimento do estudo econômico. Em 2004, a OCDE enviou mais três missões ao Brasil, após a primeira em dezembro de 2003, para concluir o estudo. A CAEFI foi responsável pela coordenação das discussões das versões preliminares do estudo. Está previsto para o primeiro trimestre de 2005 a apresentação e publicação da versão em português do Estudo Econômico.

1.4.3.7. Notas Técnicas

São informes sobre temas mais específicos em economia internacional como comércio exterior e finanças, que requerem para sua elaboração um maior nível de reflexão e análise e o uso de métodos econométricos. São elaboradas conforme demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos, com o objetivo de auxiliá-los em reuniões e negociações. No segundo semestre de 2004, foram elaboradas diversas Notas Técnicas, a sua maioria sobre projeções estatísticas de comércio exterior do Brasil.

1.4.3.8. Negociações Internacionais

A CAEFI participou ativamente de 2 (duas) negociações internacionais no âmbito do MERCOSUL: as relativas ao Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) e as relativas à criação e desenvolvimento do Fundo para a Convergência Estrutural. O GMM é responsável pela coordenação e convergência macroeconômica entre os países do MERCOSUL e Estados Associados. Em 2004, a CAEFI participou de 3 (três) reuniões do GMM, inclusive da reunião de Ministros e Presidentes de Bancos Centrais do MERCOSUL a qual está subordinado. O Fundo de Convergência Estrutural visa reduzir as assimetrias existentes entre os estados-partes do MERCOSUL. Para estabelecer a forma de funcionamento do Fundo e identificar iniciativas que poderiam ser financiadas por ele, foi criado, em julho de 2004, um Grupo de Alto Nível, que se reuniu 5 (cinco) vezes em Montevideu, Uruguai. A CAEFI esteve presente em todas as reuniões.

1.4.3.9. Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

No segundo semestre de 2004, foi solicitada à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que respondesse um questionário sobre expropriação indireta segundo a legislação brasileira, para subsidiar a participação do Governo brasileiro junto ao Comitê de Investimento da OCDE.

34

Metas Previstas

Anexo IX

Unidade: MF/SAIN/Coordenação Geral de Assuntos Econômico-Financeiros - CAEFI

Processo Gerencial Finalístico: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional

Sinopse do Objeto: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional, além do acompanhamento de iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira

Responsável pelos Dados: Pablo Fonseca Pereira dos Santos

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2004

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1. - Indicadores Macroeconômicos: relatório mensal sobre a conjuntura econômica internacional, de circulação restrita ao governo federal por meio impresso e eletrônico. Contém análise detalhada de mercados internacionais, países e/ou regiões, priorizando os fatos econômicos e as medidas de política econômica relevantes para a evolução da economia brasileira. Os relatórios apresentam anexos estatísticos com os principais indicadores e projeções econômicas dos países analisados.	Unidade	0	0	3	3
2. - Notas Semanais: Criadas em agosto de 2004, são análises mais profundas, do que as contidas nos Indicadores Macroeconômicos, dos principais fatos da conjuntura econômica internacional divulgados na semana. As Notas circulam internamente no Ministério da Fazenda.	Unidade	0	0	8	8
3. - Negociações Internacionais.	Unidade	0	0	4	4

* Os Indicadores e as notas semanais passaram a ser elaboradas apenas no segundo semestre de 2004.

35
240

Metas Realizadas

Anexo X

Unidade: MF/SAIN/Coordenação Geral de Assuntos Econômico-Financeiros - CAEFI

Processo Gerencial Finalístico: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional

Sinopse do Objeto: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional, além do acompanhamento de iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira

Responsável pelos Dados: Pablo Fonseca Pereira dos Santos

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2004

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1. - Indicadores Macroeconômicos: relatório mensal sobre a conjuntura econômica internacional, de circulação restrita ao governo federal por meio impresso e eletrônico. Contém análise detalhada de mercados internacionais, países e/ou regiões, priorizando os fatos econômicos e as medidas de política econômica relevantes para a evolução da economia brasileira. Os relatórios apresentam anexos estatísticos com os principais indicadores e projeções econômicas dos países analisados.	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	2 (66,6%)	3 (100%)
2. - Notas Semanais: Criadas em agosto de 2004, são análises mais profundas, do que as contidas nos Indicadores Macroeconômicos, dos principais fatos da conjuntura econômica internacional divulgados na semana. As Notas circulam internamente no Ministério da Fazenda.	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	6 (75%)	11 (137%)
3. - Negociações Internacionais	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	4 (100%)	4 (100%)

4. Temas de Economia Internacional: tem como objetivo oferecer breves notas sobre temas relevantes de políticas públicas no Brasil, em particular aqueles relacionados ao comércio exterior, à economia e às finanças internacionais. O alvo da Série é o público que não tenha conhecimento especializado nos temas, buscando-se em cada texto apresentar um roteiro introdutório acerca das questões envolvidas, bem como opiniões e resultados de pesquisas existentes sobre os assuntos. Recorrendo a especialistas nos respectivos temas, não necessariamente vinculados ao governo brasileiro, pretende-se fornecer, em cada número, um guia para o leitor não-especialista e, assim, contribuir positivamente no processo de formação de opinião sobre as escolhas de políticas públicas no país. A Série conta com suporte técnico e financeiro do Banco Mundial	Unidade	0	1	0	1
5. Missão OCDE: coordenação dos trabalhos, junto ao governo brasileiro, relacionados ao desenvolvimento do estudo econômico.	Unidade	0	1	1	1

1.4.4. COORDENAÇÃO-GERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E² COORDENAÇÃO-GERAL DE DEFESA COMERCIAL (v. Anexos IX e XI - Metas Previstas e Realizadas)

A Coordenação-Geral de Comércio Exterior e a Coordenação-Geral de Defesa Comercial têm como competência, entre outros assuntos, acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, os processos de investigação de *dumping*, subsídios e salvaguardas, e as negociações binacionais e multilaterais, subsidiando o Secretário e o Ministro da Fazenda nas decisões competentes. Esse trabalho envolve a participação em reuniões técnicas, elaboração de Notas e Pareceres.

1.4.4.1. CAMEX - GECEX

A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo, tem por objetivo a formulação, a adoção, a implementação e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo.

A CAMEX é formada por diversos comitês, sendo o Conselho de Ministros e o Comitê Executivo de Gestão - GECEX suas instâncias mais elevadas. A Coordenação-Geral de Comércio Exterior e a Coordenação-Geral de Defesa Comercial assessoram o Secretário da SAIN, bem como o Ministro da Fazenda nas matérias atinentes a esta pasta. A fim de subsidiá-los foram elaboradas 8 (oito) Agendas Comentadas para as reuniões da CAMEX, bem como 8 (oito) para as reuniões do GECEX.

1.4.4.2. Defesa Comercial

Em 2004, a Coordenação-Geral de Defesa Comercial acompanhou 12 (doze) processos administrativos de defesa comercial, sendo 11 (onze) de investigações de prática de *dumping* e 1 (um) referente à avaliação da existência de subsídios acionáveis.

Dos 12 (doze) processos, em 9 (nove) o Departamento de Defesa Comercial (DECOM) propôs a aplicação de medida *antidumping* ou compensatória. Para apreciar esses casos, foram convocadas 4 (quatro) reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC), todas com a participação de representantes da Coordenação-Geral de Defesa Comercial.

Além dos processos encerrados em 2004, foram abertos e não encerrados 10 (dez) processos naquele ano.

Do total de 11 (onze) processos de *antidumping* encerrados em 2004, 5 (cinco - 45,5%) incidiram sobre importações originárias da China.

² Antigas Coordenação-Geral de Assuntos Econômico-Comerciais e Coordenação-Geral de Integração, respectivamente, cujos nomes foram modificados pelo Decreto nº 5.136, de 07.07.2004.

Investigações de Defesa Comercial encerradas em 2004

Tipo	Produto	Origens investigadas	Resultado da Investigação
<i>Dumping</i>	Ímã de ferrite	República Popular da China	Aplicação de direito <i>antidumping</i>
<i>Dumping</i>	Cravo para ferradura de eqüinos	Finlândia e Índia	Aplicação de direito <i>antidumping</i>
<i>Dumping</i>	Carbonato de Bário	República Popular da China	Aplicação de direito <i>antidumping</i>
<i>Dumping</i>	Magnésio Metálico	República Popular da China	Aplicação de direito <i>antidumping</i>
<i>Dumping</i>	Magnésio em Pó	República Popular da China	Aplicação de direito <i>antidumping</i>
<i>Dumping</i>	Éter Monobutílico do Etilenoglicol - EBMEG	Estados Unidos da América	Aplicação de direito <i>antidumping</i>
<i>Dumping</i>	Sacos de Juta	Índia e Bangladesh	Aplicação de direito <i>antidumping</i>
<i>Dumping</i>	Ferro-cromo alto carbono	África do Sul, Cazaquistão e Rússia	Aplicação de direito <i>antidumping</i>
<i>Dumping</i>	Brocas Helicoidais em Aço Rápido	República Popular da China	Sem Aplicação
<i>Dumping</i>	Policloreto de Vinila, não misturado com outras substâncias, obtido por processo de suspensão PVC-S	Estados Unidos da América e México	Sem Aplicação
<i>Dumping</i>	Unidades de bombeio mecânico para poços de petróleo - Ubs	Romênia	Sem Aplicação
Subsídio	Barras de aço inoxidável	Índia	Aplicação de direito compensatório

1.4.4.3. Negociações Externas

Área de Livre Comércio das Américas - ALCA

O ano de 2004 seria o ano de encerramento das negociações da ALCA. Todavia, em 2003 - e mesmo em 2002 - já era possível notar a dificuldade de atingir tal meta, tendo em vista que as instâncias superiores e a reunião de ministros não dirimiam as dúvidas que vinham dos grupos negociadores. Diante dos seguidos impasses, no fim de 2003, foi

aprovado, na Reunião Ministerial de Miami, um documento que estabelecia as diretrizes sobre as modalidades da negociação nos seus diversos temas. Como o Mercosul tem particular interesse nas negociações agrícolas e os EUA em temas como propriedade intelectual, serviços e investimentos, o mandato ministerial resultante foi o de negociar regras mínimas comuns, podendo a negociação ser aprofundada no formato plurilateral (onde participariam os países interessados).

Mesmo com a flexibilidade proposta, persistiram as divergências entre os principais parceiros (Mercosul e EUA) sobre qual seria essa agenda mínima da ALCA. Como resultado, em 2004, não foram realizadas reuniões dos grupos técnicos, ocorrendo apenas um encontro oficial do Comitê de Negociações Comerciais - CNC, em fevereiro (Puebla - México), do qual participou a SAIN. Nesse encontro, chegou-se a um impasse nas negociações referentes aos bens agrícolas. Alguns países tinham restrições à desgravação de todo o universo tarifário e também se opunham aos subsídios agrícolas ou medidas equivalentes aos subsídios adotadas, principalmente pelos EUA. Em vista dessa demanda, Canadá e EUA propuseram que se fizesse um aprofundamento das negociações nas áreas de serviços, investimentos e compras governamentais para que fosse possível reduzir os subsídios agrícolas na região. Como as partes se mostraram inflexíveis, a negociação da ALCA foi suspensa *sine die*.

Mercado Comum do Sul - MERCOSUL

Em 2004 as duas Coordenações-Gerais participaram do Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS), do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT-1), da Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), do Grupo Mercado Comum (GMC) e do Conselho do Mercado Comum (CMC).

Diante de restrições orçamentárias em 2004, houve reduzida participação no CT-1 e CDCS. A atuação das duas Coordenações nesses grupos limitou-se à participação em algumas reuniões.

No tocante ao CT-1, a SAIN participou de 2 (duas) reuniões, cuja coordenação coube ao MDIC. No âmbito interno, a Coordenação-Geral de Comércio Exterior participou de todas as reuniões de coordenação desse último grupo, num total de 8 (oito), que, por sua vez, compreenderam a análise de 70 (setenta) pleitos de alteração tarifária. Todos os pleitos foram analisados pelas duas Coordenações-Gerais, e as posições da Secretaria foram externadas nas respectivas reuniões de coordenação.

Com referência ao CDCS, a participação da SAIN se resumiu a 4 (quatro) participações, nas quais apresentou aportes para os temas em discussão, especialmente para a elaboração dos Regulamentos Comuns de Defesa Comercial frente a Terceiros Estados.

No âmbito da Comissão de Comércio (CCM), a SAIN participou de 8 (oito) reuniões, sendo 6 (seis) ordinárias e 2 (duas) extraordinárias. Neste fórum, foram apresentados aportes para a implementação da Livre Circulação de Mercadorias e para a Eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC). Como resultado dessas

discussões, foi aprovada a Decisão Mercosul 54/2004, que estabelece um programa de trabalho e um cronograma para livre circulação de mercadorias e a eliminação da dupla cobrança da TEC no Mercosul.

Na CCM, a SAIN participou ainda das discussões para o estabelecimento de um Regime Comum de Bens de Capital e de um Regime Comum de Bens de Informática e Telecomunicação, cuja conclusão está prevista para o fim de 2005. Houve atuação na elaboração de mecanismo para Integração de Processos Produtivos, cuja discussão em âmbito técnico foi concluída, ficando a implementação do mecanismo na dependência apenas da aprovação do Paraguai.

Por último, destaca-se a participação das duas Coordenações-Gerais nas discussões para modificações pontuais da tarifa externa, com destaque para as alterações da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC), que resultaram na publicação das Resoluções CAMEX N° 04, de 13.02.2004 e 22, de 20.07.2004.

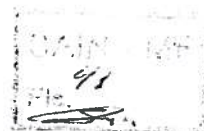
No âmbito do GMC, as Coordenações-Gerais participaram de 4 (quatro) reuniões. Neste grupo, a atuação concentrou-se no acompanhamento dos temas em discussão no âmbito da CCM, que foram elevados ao GMC para aprovação em nível político. Dentre esses temas, destaca-se a Eliminação da Dupla Cobrança da TEC, que foi debatida no GMC e levada à Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) para aprovação formal (Decisão 54/2004). Além disso, houve acompanhamento e participação nas discussões relativas às negociações externas em curso, que foram tratadas no GMC para a conformação das posições do Mercosul sobre os temas em pauta.

Foram realizadas 2 (duas) reuniões do Conselho do Mercado Comum (CMC) em 2004, sendo uma na Argentina e outra no Brasil. Em ambas, as duas Coordenações atuaram no fornecimento de aportes técnicos para a atuação do Ministro da Fazenda e do Secretário de Assuntos Internacionais.

Negociação entre Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e União Européia (UE)

Ao todo, em 2004, a Coordenação-Geral de Comércio Exterior participou de 8 (oito) reuniões internacionais sobre este tema. A participação se concentrou na análise das ofertas realizadas de lado a lado, com vistas a contribuir para o andamento do processo, além de apresentar aportes nos temas de interesse do Ministério da Fazenda.

Apesar dos esforços realizados pela delegação do Mercosul, as negociações foram suspensas no final do ano de 2004. Basicamente quatro razões motivaram esta interrupção. A primeira diz respeito às ofertas líquidas de bens feitas em setembro, que, em comparação com as ofertas de maio, significaram um retrocesso de ambos os blocos. Os europeus, que hesitaram na apresentação de sua oferta, entregando-a somente após o Mercosul, não melhoraram sua oferta agrícola (especialmente as quotas) e pioraram diversos itens. O argumento dos comunitários foi de que o Mercosul, apesar de ter melhorado alguns pontos de sua oferta, piorou alguns itens sensíveis para os europeus, especialmente em veículos e autopeças.



A participação da SAIN foi importante na negociação de Serviços. Por conta dos esforços realizados, houve melhoras significativas na oferta do Mercosul ao longo de 2004, especialmente em Serviços Financeiros e Telecomunicações.

Na área de Investimentos, esta pasta elaborou uma proposta de melhora na oferta de investimentos em 2004, que foi utilizada pelo MRE nas negociações. Entretanto, diante do impasse nas negociações, no fim de 2004, essa oferta não pôde ser devidamente aproveitada.

O prazo para conclusão das negociações foi prorrogado indefinidamente. A última troca de ofertas ocorreu em setembro de 2004. Houve reunião entre os Coordenadores de Mercosul e UE, em 02 e 03 de dezembro, para acertar os parâmetros para a continuidade das negociações, não tendo, contudo, ocorrido avanços. Acertou-se nova reunião, com data a ser confirmada, para antes da reunião ministerial prevista para março de 2005.

Organização Mundial do Comércio - OMC

As negociações na OMC se dão de forma contínua e, em particular, quando mandatadas por uma reunião de ministros. Esse último “mandato” ocorreu em Doha em 2001 e estava previsto para ser concluído no final de 2004. Um entrave ocorreu na reunião ministerial de Cancun (2003), mas as negociações foram retomadas em julho último (pacote de julho). Dentro desse mandato, foram feitos uma série de pedidos de abertura em serviços financeiros ao Brasil em 2002, incluindo pedidos de abertura no comércio transfronteiriço (sem presença comercial). Diante dessas demandas, a SAIN compareceu a 2 (duas) reuniões deste grupo em 2004.

No que tange a serviços financeiros, o Brasil deverá apresentar uma oferta revisada em maio de 2005, sem contudo gastar toda sua munição negociadora no momento, tendo em vista que a rodada se estenderá. Note-se que a divulgação do MRE da nossa oferta teto à UE na *Internet* pode gerar prejuízos, pois outros países podem demandar uma replicação daquela lista, o que deixaria sem espaço negociador para a UE ou a ALCA. Ao final da rodada, esperamos apresentar algo além do V Protocolo, porém menos que no possível acordo UE ou ALCA.

A SAIN deverá elaborar, conforme pedido da delegação brasileira do MRE em Genebra, um “*position paper*” sobre a possibilidade de voltar à discussão sobre onde se encaixa o comércio eletrônico, se em modo 1 (comércio transfronteiriço), 2 (consumo no exterior), ou ambos.

Por outro lado, note-se que o Brasil nunca demonstrou interesse ofensivo em serviços. É interessante buscar na iniciativa privada, tal qual fazem os EUA, seus interesses de abertura em outros países e patrocinar tais iniciativas.

42
S-4

1.4.4.4. Seminário no Exterior

A convite do Governo da República Popular da China, a Coordenadora-Geral de Comércio Exterior (ex-Coordenadora-Geral de Assuntos Econômico-Comerciais) participou do Seminário dos Funcionários da Gestão Econômica dos países do Mercosul. Esse seminário, realizado em Pequim, no período de 25 de agosto a 13 de setembro de 2004, foi dividido basicamente em três partes: a) palestras de funcionários governamentais sobre a situação econômica da China; b) visitas às Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs; e c) Seminário sobre Comércio e Investimento, no qual a representante da SAIN proferiu palestra sobre a Parceria Público Privada - PPP.

Metas Previstas

Anexo XI

Unidades: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Comércio Exterior e
Coordenação-Geral de Defesa Comercial

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Sr. Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsáveis pelos Dados:

Vera de Figueiredo Malta

Marden de Melo Barboza

Data: 31/12/2004

Cargo: Coordenadora-Geral de Comércio Exterior

Cargo: Coordenador-Geral de Defesa Comercial

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Negociações da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA (Reuniões)	Unidade	2	0	0	0
2 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias - CT-1 (Reuniões)	Unidade	4	4	4	4
3 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas - CDCS (Reuniões)	Unidade	1	1	1	2
4 - MERCOSUL - Negociações da Comissão de Comércio do Mercosul - CCM (Reuniões)	Unidade	4	4	4	4
5 - MERCOSUL - Negociações do Grupo Mercado Comum - GMC (Reuniões)	Unidade	2	2	2	2
6 - MERCOSUL - Negociações do Conselho Mercado Comum - CMC (Reuniões)	Unidade	0	2	0	2
7 - Negociações Birregionais MERCOSUL / União Européia (Reuniões)	Unidade	4	6	6	2
8 - Negociações da Organização Mundial do Comércio - OMC (Reuniões)	Unidade	2	2	2	2
9 - Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior - GECEX	Unidade	2	2	2	1
10 - Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Unidade	2	2	1	3
11 - Reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade	0	2	2	0
12 - Acompanhamento de Processos de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade	0	3	6	3

Metas Realizadas

Anexo XII

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Comércio Exterior e
Coordenação-Geral de Defesa Comercial

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Sr. Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsáveis pelos Dados:

Vera de Figueiredo Malta - **Cargo:** Coordenadora-Geral de Comércio Exterior

Marden de Melo Barboza - **Cargo:** Coordenador-Geral de Defesa Comercial

Data: 31/12/2004

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Negociações da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA (Reuniões)	Unidade (%)	4 (200%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
2 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias - CT-1 (Reuniões)	Unidade (%)	2 (50%)	2 (50%)	3 (75%)	2 (50%)
3 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas - CDCS (Reuniões)	Unidade (%)	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)	2 (100%)
4 - MERCOSUL - Negociações da Comissão de Comércio do Mercosul - CCM (Reuniões)	Unidade (%)	4 (100%)	4 (100%)	4 (100%)	4 (100%)
5 - MERCOSUL - Negociações do Grupo Mercado Comum - GMC (Reuniões)	Unidade (%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)
6 - MERCOSUL - Negociações do Conselho Mercado Comum - CMC (Reuniões)	Unidade (%)	0 (100%)	2 (100%)	0 (100%)	2 (100%)
7 - Negociações Birregionais MERCOSUL / União Européia (Reuniões)	Unidade (%)	4 (100%)	6 (100%)	6 (100%)	2 (100%)
8 - Negociações da Organização Mundial do Comércio - OMC (Reuniões)	Unidade (%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (100%)	2 (100%)
9 - Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior - GECEX	Unidade (%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)
10 - Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Unidade (%)	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	3 (100%)
11 - Reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade (%)	0 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	0 (100%)
12 - Acompanhamento de Processos de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade (%)	0 (100%)	3 (100%)	6 (100%)	3 (100%)

2. Gestão Patrimonial

A SAIN possui 36 (trinta e seis) estações de trabalho, das quais 26 (vinte e seis) são do patrimônio do SERPRO e 10 (dez) são locadas pela SPOA, através de contrato com as empresas Comercial Firacuse Ltda. e Microcity Computadores Ltda. Além dessas estações de trabalho, a Secretaria possui também 2 (dois) *notebooks* pertencentes ao SERPRO.

3. Gestão de Recursos Humanos

3.1. Ações de Valorização do Servidor

A SAIN participou do Programa 2004 de Premiação de Desempenho Funcional, promovido pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SPOA, indicando servidores que foram homenageados pelo bom desempenho funcional.

Dois servidores participaram do Seminário intitulado "I Semana de Administração Orçamentária e Financeira & Modalidade de Compras do Governo Federal", promovido pela Escola de Administração Fazendária e pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

3.2. Terceirização de Mão de Obra

Para minimizar a falta de pessoal de apoio, em virtude de não ter havido concursos para esta categoria, a SAIN contou com 6 (seis) empregados terceirizados, na qualidade de Auxiliares, contratados à empresa Ravele Locação de Serviços Ltda. pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - COGRL da SPOA.

3.3. Ações Disciplinares - Correcionais

No exercício de 2004 não houve nenhum inquérito administrativo.

4. Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços

4.1. Custos/Gastos em Contratações

As despesas no exercício de 2004 para manutenção da ação "Assistência Técnica em Assuntos Internacionais", conforme consta do balancete da Unidade no SIAFI, atingiram os seguintes percentuais:

Natureza da despesa	Despesa	Percentual
339014	321.554,03	42,41
339033	393.148,82	51,86
339030/339036/339039/339093	43.424,64	5,73
Total da Despesa:	R\$: 758.127,49	

Obedecendo aos princípios de eficiência, eficácia e economicidade, a SAIN teve os seguintes gastos com contratações:

Compras

As passagens aéreas foram adquiridas através de contrato firmado pela Coordenação de Recursos Logísticos da SPOA com a empresa TRIPS Passagens e Turismo Ltda.

A aquisição de material no exercício destinou-se estritamente à manutenção das atividades da Secretaria e, em sua maioria, o recurso foi descentralizado para aquisição através da COGRL/SPOA.

Serviços

Os gastos resumiram-se à aquisição de materiais e a pequenos serviços de reparos de bens móveis. Houve também descentralização de recursos para a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da SPOA para pagamento de assinatura de periódicos e outros serviços, tais como gastos com terceirizados, mídia impressa e Tim Celular.

4.2.1. Custos/Gastos com Convênios e Parcerias

Não houve transferência de recursos mediante convênios, ajuste, termo de parcerias ou outros instrumentos congêneres, nem a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

No exercício de 2004, a SAIN manteve 2 (dois) estagiários, visando proporcionar aos estudantes experiência prática na linha de formação e propiciar complementação de ensino e aprendizagem, bem como integração e aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. O recurso para o respectivo pagamento foi descentralizado para a COGRL/SPOA, que mantém convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE.

4.3. Gestão dos Estoques

A SAIN não dispõe de estoques. As aquisições destinaram-se exclusivamente ao consumo imediato.

5. Controles da Gestão

Demandas de Comissões Parlamentares, Diligências emanadas do TCU e/ou recomendações formuladas pela SFC no Relatório de Auditoria referente ao exercício de 2003.

5.1. Controles Externos

Não houve diligências e/ou recomendações do TCU no exercício.

Foi atendido o Requerimento de Informação nº 1297/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, no qual foram solicitadas informações a respeito de despesas com o pagamento de diárias e passagens de janeiro a dezembro de 2004.

5.2. Controles Internos

Houve recomendação da Secretaria Federal de Controle Interno, por meio do Relatório de Auditoria nº 139750/2003 (subitem 4.2.1), no que se refere ao **Sistema de Informações Contábeis**. A referida recomendação foi atendida pela SAIN e informada à SFC, em 31.05.2004, por meio do formulário "Plano de Providências" da CGU/DEFAZ/SFC.

6. Gestão Operacional

6.1. Gerenciamento de Processos Operacionais

Houve orientação da Secretaria Federal de Controle Interno, por meio do Relatório de Auditoria nº 139750/2003 (subitem 5.1.1.1), no que se refere às **Metas Assumidas pela Gestão**. A referida orientação foi acatada pela SAIN e informada à SFC, em 31.05.2004, por meio do formulário "Plano de Providências" da CGU/DEFAZ/SFC.

6.2. Avaliação dos Resultados

Houve recomendação da Secretaria Federal de Controle Interno, por meio do Relatório de Auditoria nº 139750/2003 (subitem 5.2.1.1), no que se refere aos **Objetivos Estratégicos**. A SAIN não pôde atender a recomendação da SFC, pelos motivos abaixo mencionados:

No citado Relatório de Auditoria, a Secretaria Federal de Controle Interno - SFC recomendou que a SAIN desenvolvesse indicadores que permitissem à Secretaria avaliar o desempenho de suas atividades.

Considerando as peculiaridades das atribuições da SAIN, estávamos conscientes das dificuldades que iríamos enfrentar na definição clara e objetiva de tais indicadores.

No entanto, ao consultar o Manual de Elaboração de Programas - Exercício 2004, da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, verificamos que aquele Manual não especifica a necessidade de haver indicador para programas de Gestão de Políticas. Ele informa que "Para cada programa **Finalístico** ou **de Serviços** ao Estado deve haver, em princípio, um

indicador”, e ressalta que “estes tipos de programas têm como escopo ações voltadas para fora de suas organizações, tendo como público alvo segmentos da sociedade ou mesmo outros órgãos da administração pública”.

De acordo com interpretação da própria SPI, não há indicadores para programas de Gestão de Políticas, pelo fato de que as ações deste tipo de programa são consideradas **ações meio**, ou seja, ações voltadas para o próprio órgão da administração.

A SPOA deste Ministério, por outro lado, entende que os indicadores são utilizados para medir o grau de atingimento da efetividade de um **programa** e não o das ações que estão inseridas dentro de um programa.

Como é do conhecimento da Secretaria Federal de Controle Interno, a SAIN desenvolve uma ação de “Assistência Técnica em Assuntos Internacionais”, no âmbito do programa **Gestão de Política Econômica**, sob a coordenação da Secretaria de Política Econômica deste Ministério da Fazenda e, portanto, de acordo com o referido Manual, não necessitaria desenvolver indicadores para mensurar os resultados alcançados pela Secretaria.

Todavia, como o citado Relatório de Avaliação de Gestão da SFC informa que o relatório do gestor da SAIN contém indicadores de eficácia relacionados a atividades das coordenações, e esclarece que a alocação de custos a esses indicadores poderiam gerar indicadores de eficiência e de economicidade, buscamos estudar uma forma de atender à recomendação daquela Secretaria.

A grande dificuldade que enfrentamos residiu no fato de que a SAIN dispõe de variáveis que podem ser utilizadas como indicadores de eficácia para cada coordenação geral, mas não dispõe de dados referentes aos custos incorridos nas atividades relacionadas a cada indicador.

Nesse sentido, consideramos que uma solução possível seria o desenvolvimento de um indicador agregado de eficácia. Uma vez desenvolvido tal indicador, seria possível compará-lo com os custos agregados da Secretaria e, assim, obter um indicador agregado de eficiência e economicidade, conforme recomendado pela SFC.

Foram iniciados estudos nesse sentido, mas não foi possível desenvolvê-los em função da diversidade e complexidade das atividades de responsabilidade da Secretaria. Dessa forma, solicitamos que a SFC considere a possibilidade de colocar temporariamente à disposição da SAIN servidores que possam conhecer e avaliar, *in loco*, os processos, as rotinas e os procedimentos adotados na condução dessas atividades e, assim, indicar o modelo a ser adotado que melhor possa avaliar o desempenho da Secretaria.

7. Gestão Orçamentária

7.1. Análise da Execução

Houve recomendação da Secretaria Federal de Controle Interno, por meio do Relatório de Auditoria nº 139750/2003 (subitem 6.1.1.1), no que se refere à **Execução Orçamentária (subitem 6.1.1.1)**. A referida recomendação foi atendida pela SAIN e informada à SFC, em 31.05.2004, por meio do formulário "Plano de Providências" da CGU/DEFAZ/SFC.

LAPD

LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA
Secretário de Assuntos Internacionais

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	EXERCÍCIO	2004	MÊS	DEZEMBRO
UG	SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	170191			
GESTÃO	TESOURO NACIONAL	00001	EMIÇÃO	31/12/2004	PÁGINA
					001

R E C E I T A				D E S P E S A			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
SUBTOTAL (1)	0,00	0,00	0,00	CREDITO ORÇAMENTARIO SUPL		758.127,49	-758.127,49
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA				DESPESAS CORRENTES		754.679,49	-754.679,49
SUBREPASSE				OUTRAS DESPESAS CORRENT		754.679,49	-754.679,49
				DESPESAS DE CAPITAL		3.448,00	-3.448,00
				INVESTIMENTOS		3.448,00	-3.448,00
SUBTOTAL (2)	766.143,28	758.127,49	8.015,79	SUBTOTAL (1)		758.127,49	-758.127,49
TOTAL (1 + 2)	766.143,28	758.127,49	8.015,79	MOVIMENTAÇÃO DE CREDITO			
DEFICIT TOTAL		0,00		CREDITO ORÇAMENTARIO SUPL			
TOTAL GERAL	766.143,28	758.127,49	8.015,79	DESPESAS CORRENTES	766.143,28	0,00	766.143,28
				OUTRAS DESPESAS CORRENT	762.696,28	0,00	762.696,28
				DESPESAS DE CAPITAL	3.448,00	0,00	3.448,00
				INVESTIMENTOS	3.448,00	0,00	3.448,00
				SUBTOTAL (2)	766.143,28	0,00	766.143,28
				TOTAL (1 + 2)	766.143,28	758.127,49	8.015,79
				SUPERAVIT TOTAL			
				TOTAL GERAL	766.143,28	758.127,49	8.015,79

Gessé Santana Borges
Secretaria Contábil do MF
CRC-DF nº 80892/O-1

SAIN - MF
Fls. 50

TÍTULO		BALANÇO FINANCEIRO		EXERCÍCIO	MÊS
UG	SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS			2004	DEZEMBRO
GESTÃO	TESOURO NACIONAL			EMIÇÃO	PÁGINA
				31/12/2004	001

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2004	2003	TITULDS	2004	2003
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	791.392,58	696.866,37	DESPESAS CORRENTES	754.679,49	661.244,82
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	791.392,58	696.866,37	APLICACAO DIRETA E TRANSF. INTERGOVERNAMENTAL	754.679,49	661.244,82
SUB-REPASSE RECEBIDO	788.257,63	686.104,99	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	754.679,49	661.244,82
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	788.257,63	686.104,99	OUTRAS DESPESAS	754.679,49	661.244,82
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.134,95	9.751,38	DESPESAS DE CAPITAL	3.448,00	0,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	3.134,95	12.886,33	APLICACAO DIRETA E TRANSF. INTERGOVERNAMENTAL	3.448,00	0,00
VALORES EM CIRCULACAO	3.134,95	9.751,38	INVESTIMENTOS	3.448,00	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	3.134,95	9.751,38	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	33.265,09	34.611,55
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	3.134,95	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	33.265,09	34.611,55
VALORES DIFERIDOS	0,00	3.134,95	SUB-REPASSE CONCEDIDO	33.265,09	31.476,60
			SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	33.265,09	31.476,60
			VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	0,00	3.134,95
			DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	3.134,95	12.886,33
			VALDRES EM CIRCULACAO	0,00	3.134,95
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	0,00	3.134,95
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.134,95	9.751,38
			VALORES DIFERIDOS	3.134,95	9.751,38
TOTAL INGRESSOS	794.627,63	708.742,70	TOTAL DISPENDIOS	794.627,63	708.742,70

Gessé Santana Borges
Setorial Contábil do MF
CRC-DF nº 8082/D-1

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL	EXERCÍCIO	2004	MÊS	DEZEMBRO
UG	SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	EMISSÃO	31/12/2004	PÁGINA	001
GESTÃO	TESOURO NACIONAL				

ATIVO		2004	2003	PASSIVO		2004	2003
TÍTULOS				TÍTULOS			
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO NÃO FINANCEIRO			
CREDITOS EM CIRCULACAO		0,00	3.134,95	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		0,00	3.134,95
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO		0,00	3.134,95	VALORES DIFERIDOS		0,00	3.134,95
ATIVO NAO FINANCEIRO				PASSIVO REAL		0,00	3.134,95
PERMANENTE		44.759,96	36.900,30	PATRIMONIO LIQUIDO		44.759,96	36.900,30
IMOBILIZADO		44.759,96	36.900,30	PATRIMONIO/CAPITAL		44.759,96	36.900,30
BENS MOVEIS E IMOVEIS		44.759,96	36.900,30				
ATIVO REAL		44.759,96	40.035,25				
TOTAL ATIVO		44.759,96	40.035,25	TOTAL PASSIVO		44.759,96	40.035,25

Glésse Santana Borges
Secretaria Contábil do MF
CRC-DF nº 8082/O-1

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS		EXERCÍCIO	2004	MÊS	DEZEMBRO
UG	SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS		EMIÇÃO	31/12/2004	PÁGINA	001
GESTÃO	TESOURO NACIONAL					
		170191				
		00001				

VARIACOES ATIVAS		2004	2003	VARIACOES PASSIVAS		2004	2003
TÍTULOS	TÍTULOS						
ORÇAMENTARIAS	ORÇAMENTARIAS	823.770,48	698.600,74			791.392,58	695.856,37
INTERFERENCIAS ATIVAS	INTERFERENCIAS ATIVAS	791.392,58	695.856,37			758.127,49	661.244,82
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	791.392,58	695.856,37			754.679,49	661.244,82
SUB-REPASSE RECEBIDO	SUB-REPASSE RECEBIDO	788.257,63	686.104,99			754.679,49	661.244,82
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.134,95	9.751,38				
MUTACOES ATIVAS	MUTACOES ATIVAS	32.377,90	2.644,37			3.448,00	0,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	INCORPORACOES DE ATIVOS	32.377,90	2.644,37			3.448,00	0,00
AQUISICOES DE BENS	AQUISICOES DE BENS	32.377,90	2.644,37			33.265,09	34.611,55
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	11.000,67	1.474,77			33.265,09	34.611,55
INTERFERENCIAS ATIVAS	INTERFERENCIAS ATIVAS	11.000,67	1.474,77			33.265,09	31.476,60
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	11.000,67	1.474,77			0,00	3.134,95
RESULTADO PATRIMONIAL	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	2.692,25			35.618,91	6.811,39
DEFICIT	DEFICIT	0,00	2.692,25			6.589,01	4.167,02
						6.589,01	4.167,02
						28.929,90	2.644,37
						28.929,90	2.644,37
						28.929,90	2.644,37
						7.859,66	0,00
						7.859,66	0,00
TOTAL VARIACOES ATIVAS	TOTAL VARIACOES PASSIVAS	834.771,15	702.667,76			834.771,15	702.667,76

Gessé Santana Borges
Secretaria Contábil do MF
CRC-DF nº 8089/0-1

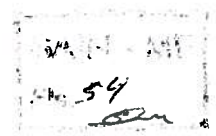
SAIN - MF
Fls. 53

09003

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA		EXERCÍCIO	MÊS
UG	SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS		2004	DEZEMBRO
GESTÃO	TESOURO NACIONAL		EMIÇÃO	PÁGINA
	170191		31/12/2004	001
	00001			

TÍTULOS	2004	2003
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		
DESPESAS CORRENTES	754.679,49	661.244,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	754.679,49	661.244,82
DESPESAS DE CAPITAL	3.448,00	0,00
INVESTIMENTOS	3.448,00	0,00
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	758.127,49	661.244,82
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	758.127,49-	661.244,82-
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	791.392,58	695.856,37
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	791.392,58	695.856,37
MUTUOS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	32.377,90	2.644,37
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	32.377,90	2.644,37
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	33.265,09	34.611,55
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	33.265,09	34.611,55
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APÓS INTERF./MUTUOS	32.377,90	2.644,37
RESULTADO APÓS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	32.377,90	2.644,37
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.000,67	1.474,77
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	11.000,67	1.474,77
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.589,01	4.167,02
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	6.589,01	4.167,02
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	28.929,90	2.644,37
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	28.929,90	2.644,37
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERÁVIT OU DÉFICIT	7.859,66	2.692,25-

Gessé Santana Borges
Secretário-Executivo de MF
CRC-DF nº 808210-1



TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO		
UG	SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS		
GESTÃO	TESOURO NACIONAL	00001	00001

EXERCÍCIO	2004	MÊS	DEZEMBRO
EMIÇÃO	31/12/2004	PÁGINA	001

TÍTULOS	2004	2003
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		
ADMINISTRAÇÃO		
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	758.127,49	561.244,82
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	758.127,49	561.244,82
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	758.127,49-	561.244,82-
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	791.392,58	695.856,37
MUTUOS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	791.392,58	695.856,37
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	32.377,90	2.544,37
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	32.377,90	2.544,37
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	33.265,09	34.611,55
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APÓS INTERF/MUTUOS	33.265,09	34.611,55
RESULTADO APÓS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	32.377,90	2.644,37
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	32.377,90	2.644,37
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	11.000,67	1.474,77
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.000,67	1.474,77
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	6.589,01	4.167,02
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	6.589,01	4.167,02
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	28.929,90	2.644,37
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERÁVIT OU DÉFICIT	28.929,90	2.644,37
	7.859,66	2.592,25-

Gessé Santana Borges
Setorial Contábil do MF
CRC-DF nº 8082/P-1

SAIN - MF
Fls. 55



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação Geral de Recursos Humanos

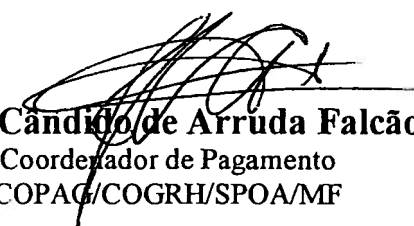
D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins, que os servidores relacionados abaixo entregaram cópia das Declarações de Imposto de Renda, referente ao ano-base de 2003, exercício 2004, e/ou Declarações de bens, conforme determina o inciso VI, artigo 5º da IN/SFC nº 02/2000, inciso VIII, art 12, da IN/TCU nº 47/2004 e Norma de Execução nº 004/2004 da Secretaria Federal de Controle Interno/CGU/PR.

NOME
GESSÉ SANTANA BORGES
PAULO ROBERTO CAMPOS MOREIRA

CPF
310.151.741-91
410.383.551-68

Brasília/DF, de fevereiro de 2005.

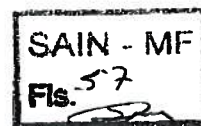

João Cândido de Arruda Falcão
Coordenador de Pagamento
COPAG/COGRH/SPOA/MF

CONFERE COM ORIGINAL


Gessé Santana Borges
Setorial Contábil do MF
CRC-DF nº 8082/O-1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação Geral de Recursos Humanos



D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins, que os servidores relacionados abaixo entregaram cópia das Declarações de Imposto de Renda, referente ao ano-base de 2003, exercício 2004, e/ou Declarações de bens, conforme determina a Lei n° 8.730, de 10 de novembro de 1993, a IN/TCU n° 47/2004, DN/TCU n° 62/2004 e a Norma de Execução n° 004/2004 da Secretaria Federal de Controle Interno/CGU/PR.

NOME	CPF
ANDREA PEREIRA MACERA	60297964100
ANGELA SEMIRAMIS DE ANDRADE FREITAS	02448718768
ARNO MEYER	11625260172
BRUNO WALTER COELHO SARAIVA	34420835168
ERIVALDO ALFREDO GOMES	48996947172
FERNANDO COPPE ALCARAZ	27840585817
MARIA JOSE BEZERRA EVARISTO	15109542104
FRAVIA HELENA SARAIVA XEREZ	47084448349
FRANCISCO GERALDO RIBEIRO DA COSTA	09686622187
INES APARECIDA BAPTISTA DO N. SILVA MAIA	87121425815
LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA	66736730791
LUIZ FERNANDO PIRES AUGUSTO	68804555734
MARCOS MACHADO GUIMARÃES	39882659187
MARTIN RAMOS CAVALCANTI	83577920149
PABLO FONSECA PEREIRA DOS SANTOS	78253900163
PAULO ROBERTO DOS SANTOS	31370080182
RAIMUNDO JOSE RODRIGUES DA SILVA	12156205191
ROBERTO CARLOS	28880153749
SILVANE MACEDO SODRE	06762743153
VERA DE FIGUEIREDO MALTA	11992867100
VERA LUCIA DE OLIVEIRA SANTOS	28766350620

Brasília/DF, 11 de fevereiro de 2005.


Rogério Xavier Rocha

Chefe da Divisão de Execução do Pagamento
COPAG/COGRH/SPOA/MF

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Assuntos Internacionais

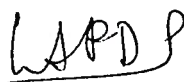
PROCESSO Nº 10168.000457/2005-88

INTERESSADO : Secretaria de Assuntos Internacionais

ASSUNTO : Tomada de Contas Anual –Exercício de 2004

Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas
Fazendários – DEFAZ/SFC/CGU/PR, para as providências de sua competência.

Brasília, 28 de fevereiro de 2005



LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA
Secretário de Assuntos Internacionais